



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇO EM GERAL

SUMÁRIO

(De acordo com o art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021)

- 1. Objeto**
- 2. Fundamentação da contratação**
 - 2.1. Justificativa (motivação/necessidade)**
- 3. Descrição e requisitos do objeto**
 - 3.1. Especificação dos serviços**
 - 3.2. Classificação dos serviços**
- 4. Modelo de execução do contrato**
 - 4.1. Local de prestação dos serviços**
 - 4.2. Rotinas (atividades), frequência e periodicidade da execução dos serviços**
 - 4.3. Equipamentos, ferramentas e materiais**
 - 4.4. Obrigações do contratante**
 - 4.5. Obrigações do contratado**
 - 4.6. Vigência do contrato**
- 5. Modelo de gestão do contrato**
 - 5.1. Preposto e comunicação entre contratante e contratada**
 - 5.2. Sanções aplicáveis**
 - 5.3. Garantia e assistência técnica**
- 6. Prazo e critérios de pagamento**
 - 6.1. Prazo de pagamento**
 - 6.2. Condições de pagamento**
 - 6.3. Reajustamento**
- 7. Critérios de seleção do fornecedor**
 - 7.1. Aceitabilidade da proposta**
 - 7.2. Qualificação técnico-operacional**

8. Preço estimado
9. Adequação orçamentária
10. Lei geral de proteção de dados pessoais
11. Considerações finais

1. OBJETO

1.1. Contratação dos serviços de produção audiovisual, conforme condições, quantidades e exigências contidas neste instrumento.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. JUSTIFICATIVA (MOTIVAÇÃO/NECESSIDADE)

A contratação visa a dar continuidade ao trabalho da história oral (Memórias EleitOrais) do TRE/ES, que consiste na gravação de entrevistas com servidores ativos e/ou inativos, terceirizados, juízes eleitorais e membros, que atuam ou já atuaram no Tribunal, bem como na produção de documentários e vídeos, pertinentes à memória institucional.

O Projeto é de responsabilidade da Coordenadoria de Gestão da Informação e tem sido executado por uma equipe composta por servidores de setores diversos, uma vez que o trabalho possui uma interface multidisciplinar, que abrange saberes ligados às áreas de comunicação social, artes, arquivologia, direito, história, tecnologia da informação e outras.

A contratação possibilitará a execução do trabalho de história oral e de outras produções, relacionadas à memória institucional, com maior eficiência e profissionalismo, uma vez que não há, no quadro desta instituição, servidor com disponibilidade e conhecimento técnico na área de produção audiovisual, que possa exercer funções relacionadas à direção, roteiro, fotografia, sonorização e edição de vídeos.

A contratação da prestação de serviços propiciará maior celeridade e constância na produção e divulgação dos vídeos, o que colaborará para o resgate e preservação da memória institucional do Tribunal e contribuirá, efetivamente, para a difusão e consolidação da imagem institucional.

A execução desse trabalho encontra fundamentação na Resolução CNJ 324/2020 e nas disposições contidas no manual de gestão de memória do CNJ (item 9.2), uma vez que a construção da narrativa acerca da história do Poder Judiciário, definida como princípio e diretriz do Proname (artigo 3º, inciso III, da Resolução CNJ n. 324/2020), abrange a pesquisa sobre as trajetórias e perspectivas de pessoas, que atuaram na Justiça.

No mesmo sentido, o Manual de Gestão de Memória do CNJ orienta, no item 10.6., a realização do programa de história oral, de produção audiovisual, como vídeos institucionais acerca da história do órgão, do patrimônio cultural presente nos acervos, das atividades de gestão de memória, incluídas aquelas de cidadania e similares, além da comemoração de datas e outros eventos de valor artístico, cultural e histórico. Da mesma forma, direciona a produção de documentários concernentes à memória e à história da instituição.

3. DESCRIÇÃO E REQUISITOS DO OBJETO

3.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	Q	CATSER	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
1	Até 5 serviços	15580	Produção / Veiculação - Programa Teleducativo / Documentário/ Entrevista / Debate

3.2. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.2.1. O objeto que se pretende contratar enquadra-se, para efeitos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, no conceito de “serviços comuns”, e deverão ser prestados de forma contínua.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.1. Os serviços de filmagem/gravação serão executados, pela Contratada, nas dependências do TRE/ES, localizado na Avenida João Baptista Parra, número 575 - Praia do Suá - Vitória/ES - CEP: 29052-123, ou em outro local determinado pelo TRE/ES, dentro da Grande Vitória.

4.2. ROTINAS (ATIVIDADES), FREQUÊNCIA E PERIODICIDADE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.2.1. Estima-se a realização de até 5 (cinco) produções audiovisuais ao ano, incluindo documentários de baixa complexidade, reportagens, vídeos referentes à memória institucional e entrevistas de servidores ativos e/ou inativos, terceirizados, juízes eleitorais e membros que já atuaram no Tribunal (história oral).

4.2.2.. O tempo estimado de duração de cada produção (documentário/vídeos sobre memória institucional) será de até 1 (uma) hora. Em se tratando de entrevistas, o trabalho incluirá a entrevista e a edição do vídeo posteriormente.

4.2.3. No caso de entrevista, deverão ser observadas as seguintes etapas e prazos:

4.2.3.1. O Contratante informará o dia e horário do agendamento da entrevista à Contratada com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência;

4.2.3.2. Os equipamentos deverão ser instalados até 02 (duas) horas antes da realização da entrevista agendada;

4.2.3.3. Após a entrevista a Contratada deverá fornecer ao Contratante a gravação do vídeo em até 3 (três) dias úteis, em nuvem ou em armazenamento físico, conforme for acordado entre as partes;

4.2.3.4. Ficará a cargo do Contratante a decupagem e o fornecimento de imagens e outros materiais a serem incluídos no vídeo, se for o caso, no prazo de até 15 dias úteis;

4.2.3.5. Após a entrega do roteiro com os apontamentos para a edição, por parte do Contratante, a Contratada terá o prazo de até 15 dias úteis para enviar a edição preliminar. Caberá à Contratada a edição do vídeo, englobando inclusão de vinhetas, trilha sonora, legenda (transcrição) do áudio, imagens/vídeos referentes à entrevista, fornecidos pelo Contratante, montagem, inserção de GC e finalização;

4.2.3.6. Após o recebimento do vídeo preliminar pelo Contratante, este terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos para aprovar ou solicitar alterações à Contratada. Havendo necessidade de ajustes, a Contratada deverá proceder às alterações, em até 5 (cinco) dias úteis, até fornecer o vídeo editado de forma satisfatória, sem ônus adicional para o Contratante. Em caso de novos ajustes, o trabalho alterado deverá ser entregue sempre no mesmo prazo de até 5 (cinco) dias úteis;

4.2.3.7. Em se tratando de documentários e reportagens, ficará a cargo do Contratante apresentar o roteiro, podendo ter auxílio da Contratada, e fornecer o material que será utilizado na produção, seguindo-se os procedimentos previstos nos subitens 4.2.3.5 ao 4.2.3.6, adequando-se às necessidades de acordo com a produção a ser realizada.

4.2.3.8. A produção de documentários de baixa complexidade e vídeos relacionados à memória institucional, englobará as seguintes ações:

- **Pré-Produção:** pesquisas sobre o tema, objeto da produção audiovisual, seleção de documentos e roteirização, a cargo do Contratante, com auxílio da Contratada, que poderá fazer os apontamentos técnicos que entender pertinentes; levantamento dos equipamentos necessários e equipe técnica a cargo da Contratada.
- **Produção:** gravação, meio de transporte da equipe, edição, montagem do material, através de recursos de computação gráfica, efeitos, trilha sonora (trilha pesquisada), vinheta em 2D, tratamento das imagens, locução, legendagem, animação para lettering, entre outros, a ser executado pela Contratada.

4.2.3.9. Os documentários e vídeos referentes à memória institucional serão de baixa complexidade, seguindo abaixo, exemplos dos trabalhos que serão realizados:

- **Documentário - Elaboração de vídeo retratando o trabalho do TRE/ES na Pandemia de COVID-19**, que englobará entrevista com membros, diretor-geral, secretários e outros servidores, edição de fotos/documentos relativos ao tema, com ênfase nas eleições de 2020. A duração do vídeo finalizado poderá ser em torno de 45 minutos, a depender da duração das entrevistas. Segue link de vídeo como exemplo: https://youtu.be/c31ock-8I7E?si=9R931h8UB_Byiwbr;
- **Vídeos de documentação Museográfica** - Serão realizados vídeos a partir de histórias extraídas de processos judiciais e documentos do período de 1932 a 1937. A duração do vídeo finalizado poderá ter duração em torno de 30 minutos.
- **Vídeos diversos** - Participação feminina na justiça eleitoral, trabalho dos servidores do TRE/ES no período eleitoral etc.

4.2.3.10. Estima-se a realização de, aproximadamente, 4 (quatro) entrevistas para a realização do documentário sobre a pandemia do COVID-19.

4.3. EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E MATERIAIS

4.3.1. A contratada deverá disponibilizar os equipamentos para execução dos trabalhos, tais como: câmeras, tripé, microfones adequados, iluminação e software para edição;

4.3.2. Para o desenvolvimento das atividades, é necessário que a empresa:

4.3.2.1. Seja responsável pelo fornecimento dos equipamentos necessários para a execução dos trabalhos;

4.3.2.2. Seja responsável pelo serviço de mão-de-obra;

4.3.3. Caberá ao Contratante a decupagem, o fornecimento do roteiro, documentação e fotos/materiais para edição do vídeo.

4.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.4.1. Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, a quem compete realizar:

a) Anotação em registro próprio das falhas detectadas e demais ocorrências.

b) Comunicação formal de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

4.4.2. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas no respectivo Contrato.

4.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.5.1. Receber/Retirar a nota de empenho no prazo 3 dias úteis. Havendo instrumento contratual, o mesmo deverá ser assinado digitalmente no prazo de 3 dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE-ES.

4.5.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

4.5.3. Arcar com todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

4.5.4. Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato.

4.5.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

4.5.6. Comunicar ao TRE-ES, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.

4.5.7. Fornecer e exigir dos funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles funcionários que se negarem a usá-los.

4.5.8. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante, instruindo seus funcionários quanto à prevenção de incêndios.

4.5.9. Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional.

4.5.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

4.6. VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.6.1. O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, limitado a 10 (dez) anos, e desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração. Data prevista para início da execução: 4 de novembro de 2024.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. PREPOSTO E COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

5.1.1. Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

5.1.2. A contratada deverá indicar, em até 5 dias úteis após a notificação, o preposto que atuará como seu representante, mediante declaração com nome completo e qualificação profissional, contendo números de telefone (fixo e celular) e endereço eletrônico para contato.

5.1.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.2. SANÇÕES APLICÁVEIS

5.2.1. O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho (ou a recusa em aceitá-la), ou para a assinatura do contrato, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de licitar e contratar com a UNIÃO pelo período de até 3 (três) anos;

5.2.2. Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o contratado que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas no art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e, ainda, às seguintes penalidades:

a) Pelo atraso injustificado no início da execução do contrato, a Contratada estará sujeita a multa de mora no percentual de 0,25% ao dia, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, calculada sobre o valor do objeto em atraso.

b) Pela inexecução parcial do contrato, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa de 15%, calculada sobre o valor do objeto ou período inexecutado, conforme o caso.

c) Pela inexecução total do contrato, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa de 30%, calculada sobre o valor total do contrato.

d) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita a multa de mora no percentual de 0,25% por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

5.2.3. Caracterizará a inexecução contratual:

a) inexecução total do contrato: o atraso superior a 30 dias na execução do objeto.

b) inexecução parcial do contrato: o remanescente do contrato em caso de rescisão unilateral.

5.2.4. Poderão ser aplicadas as demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, cumuladas às multas acima previstas.

5.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida.

II - as peculiaridades do caso concreto.

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública.

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.2.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada por meio de Guia de Recolhimento da União ou judicialmente.

5.2.7. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

5.2.8. As sanções aplicadas serão publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

(Ceis).

5.2.9. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

5.2.10. A contagem dos prazos inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na execução do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

5.2.11. A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto executado em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.

5.2.12. Os prazos admitem prorrogação somente nos casos em que o motivo do atraso ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-ES, devendo a solicitação ser sempre por escrito e recebida contemporaneamente ao fato que ensejela.

5.2.13. Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento do processo.

5.2.14. No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

5.2.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6. PRAZOS E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

6.1. PRAZO DE PAGAMENTO

6.1.1. O Contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o 5º dia útil subsequente ao recebimento definitivo dos serviços, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma.

6.1.2. O pagamento será efetuado obedecendo-se a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

6.1.3. Será considerada como “data do pagamento” o dia em que for emitida a respectiva ordem bancária.

6.2. CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO

6.2.1. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere as retenções tributárias.

6.2.2. O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser, obrigatoriamente, emitido pelo mesmo estabelecimento contratado.

6.2.3. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

6.2.4. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

6.2.5. A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

6.2.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da fórmula $EM = I \times N \times VP$, na qual: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso. $I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado: $I = i/365$ $I = 6/100/365$ $I = 0,0001643$ Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

6.3. REAJUSTAMENTO

6.3.1. O presente instrumento contratual poderá ser reajustado de acordo com o índice IPCA/IBGE, sendo que a periodicidade do mesmo será de 12 (doze) meses contados a partir da data do orçamento estimado.

6.3.2. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação. art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

6.3.3. A decisão sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos respectivos documentos comprobatórios.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1.1. Será considerado vencedor o proponente que apresentar o menor valor global, que não poderá ser superior ao valor estimado da contratação.

7.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

7.2.1. Apresentar, para fins de qualificação técnico-operacional, atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução satisfatória dos serviços com características semelhantes ao objeto que se pretende contratar.

a) O atestado acima deverá conter, obrigatoriamente, o seguinte serviço: filmagem e edição de vídeos.

8. PREÇO ESTIMADO

8.1. O preço estimado da contratação é de 17.630,95 (dezesete mil, seiscentos e trina reais e noventa e cinco centavos), conforme apuração registrada em documentos próprios pela Seção de Compras:

ITEM	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	3.526,19	17.630,95

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A Contratação será custeada com recursos da Ação Orçamentária Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado do Espírito Santo, no GND 3.

10. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (Lei nº 13.709/2018)

10.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

10.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

11.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio atesta estar ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas neste documento, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA MARQUES DA SILVA NASCIMENTO**, **Coordenador(a)**, em 03/07/2024, às 15:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1185993** e o código CRC **3F22900E**.